



ENTRE O BRASIL E OS ESTADOS UNIDOS: DIVERGÊNCIAS E CONVERGÊNCIAS DURANTE O PRIMEIRO REINADO (1822 -1828).

Abner Neemias da Cruz*

Resumo: O presente artigo tem por escopo abordar acordos, conflitos, negociações e pactos concretizados entre o governo de Washington, sob a gestão de James Monroe (1822 – 1824) e John Quincy Adams (1824 – 1828), *versus* o governo de D. Pedro I (1822 – 1828). Também serão examinados alguns problemas pontuais envolvendo estadunidenses e brasileiros. Entendemos que as relações entre Brasil e Estados Unidos foram oficialmente iniciadas em 1824, porém o recorte temporal deste trabalho volve até os idos de 1822 para a contextualização dos projetos de diplomacia entre os dois países. Findamos nossas análises em 1828, quando foi celebrado o Tratado de Amizade e Comércio entre os supramencionados governos.

Palavras-chave: Império brasileiro; Primeiro Reinado; Relações Brasil - EUA.

BETWEEN BRAZIL AND THE UNITED STATES: DIVERGENCES AND CONVERGENCES DURING THE FIRST REIGN (1822-1828).

Abstract: This article aims to discuss agreements, conflicts, negotiations and pacts achieved between Washington's Government, under the management of James Monroe (1822-1824) and John Quincy Adams (1824-1828), versus Dom Pedro I's Government (1822-1828). Some specific problems involving Americans and Brazilians will also be examined. We believe that relations between the two States were officially started in 1824, but the timeframe of this study cover until the ides of 1822 to contextualize the diplomacy's projects between the two

* Doutorando em História na Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Atualmente é bolsista da CAPES. E-mail: abner.neemias@gmail.com.

countries. We conclude our analyses in 1828, when the Treaty of Amity and Commerce between both Governments was signed.

Keywords: Brazilian Empire; First Reign; Brazil-USA Relations.

Depois da Independência Brasileira (1822 – 1823)¹

Desde que se declarara a emancipação do Brasil, o recém-instituído governo imperial deu ênfase aos negócios relacionados à política externa; assim sendo, além de se escrever o *Manifesto às Nações Amigas*, publicado em 8 de agosto de 1822, foram empregados esforços no sentido de estabelecer laços diplomáticos com diversos Estados. Desse modo, foram enviados representantes brasileiros para diversos países inclusive para a Áustria², Grã-Bretanha³, França⁴ e os Estados Unidos da América⁵.

No que tange a experiência diplomática brasileira nos Estados Unidos – nosso foco por hora –, principiou-se com a nomeação frustrada de Álvares e Silva⁶ que logo foi substituída por uma nova indicação: o pernambucano Gonçalves da Cruz foi designado cônsul brasileiro nos EUA, em meados de 1823. Todavia, este também nunca foi oficializado no cargo⁷, sendo que, ainda em 1823, escolheu-se um novo nome para o posto de representante imperial brasileiro nos Estados Unidos: José Silvestre Rebello. Nestes primeiros anos,

¹ A pesquisa em questão é parte dos resultados obtidos no terceiro capítulo da dissertação do mestrado defendida em 2015.

² CORREIA, O. Telles da Silva em Viena. In: **Arquivo Diplomático da Independência**. Rio de Janeiro: Litho. Typ. Fluminense, v.4, 1922. p. IX.

³ ACCIOLY, H. Brant e Gameiro em Londres In: **Arquivo Diplomático da Independência**. Rio de Janeiro: Litho. Typ. Fluminense, v.1, 1922. p. XXX.

⁴ LYRA, H. Gameiro e Borges de Barros em Paris. In: **Arquivo Diplomático da Independência**. Rio de Janeiro: Litho. Typ. Fluminense, v.3, 1922. p. IX.

⁵ CRUZ, A. N. **As práticas políticas se Silvestre Rebello**: um diplomata brasileiro nos Estados Unidos da América (1824-1829). Dissertação (mestrado em História). Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Franca, 2015. p. 11 et. seq.

⁶ Luís Moutinho Lima Álvares e Silva foi nomeado para a representação brasileira junto ao governo estadunidense, porém não ocupou o cargo.

⁷ Antônio Gonçalves da Cruz: nascido em Recife, era conhecido também pela alcunha de Cabugá – vivia a alguns anos nos Estados Unidos, afinal, por volta de 1817 fugira para os EUA depois de frustrados os movimentos revolucionários em Pernambuco. Tempos depois, após o retorno da corte bragantina para Portugal, haveria de ser nomeado cônsul do Brasil. In: MELLO, E. C. **A Outra Independência: O Federalismo Pernambuco de 1817 a 1824**. São Paulo: Editora 34, 2004. / CABRAL, F. G. Emissário: Cabugá. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro: 1 de maio de 2014.

imediatos aos eventos independentistas no Brasil, o recém-instaurado governo de D. Pedro I esperava obter o reconhecimento de sua emancipação por parte dos Estados Unidos e estabelecer laços diplomáticos com este; porém, entre 1822 e 1823, pouco foi o diálogo oficial entre os dois países.

No que diz respeito à representação estadunidense no Brasil, é preciso ter em vista a complexidade dos jogos diplomáticos entre o Brasil e outros Estados durante os movimentos de independência brasileira; levando em consideração, acima de tudo, o fato do Rio de Janeiro ter sido o centro político do governo português durante o período joanino. Quando a corte portuguesa retornou a Lisboa, alguns representantes diplomáticos de outros Estados continuaram no Rio de Janeiro. Assim sendo, em meio à independência brasileira já havia um corpo diplomático estadunidense no Brasil, ainda que não houvesse, obviamente, um reconhecimento do Brasil enquanto governo independente em relação a Portugal e, consecutivamente, tratos diplomáticos oficiais.

Estes representantes de Washington no Brasil mantiveram o governo estadunidense informado acerca da situação política engendrada na América de origem lusitana. Nesse ínterim, em 1822, quando a emancipação política pairava no imaginário de alguns setores das elites brasileiras, o cônsul estadunidense P. Sartoris tendia a enxergar com “bons olhos” o movimento independentista que criava um novo governo sediado no Rio de Janeiro e unificado a partir da figura de D. Pedro I⁸.

Sartoris não era o único estadunidense favorável ao surgimento de ideias e movimentos independentistas no continente americano, afinal, a política externa do governo estadunidense já havia reconhecido ao longo da década anterior a emancipação política de várias ex-colônias hispânicas na América e, ainda naquele ano de 1822, o governo de James Monroe recebeu o aval do Congresso estadunidense para reconhecer e estabelecer laços com os novos Estados que se formavam nas Américas. Tendo em vista os norteamentos desta política externa, em 1822, os Estados Unidos reconheceram os movimentos independentistas na Colômbia e no México. No ano que se seguiu, foi a vez de se reconhecer as Províncias Unidas do Prata e o Chile, aliás, foi em dezembro de 1823 que o presidente Monroe proferiu o seu famoso discurso, no qual expôs alguns dos pressupostos que norteavam as convicções da

⁸ ACCIOLY, H. **O Reconhecimento do Brasil pelos Estados Unidos da América**. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1936. p. 64 et. seq.

política externa estadunidense para com as Américas. Neste discurso, Monroe tocou no tema que envolvia o reconhecimento dos Estados vizinhos e argumentou:

[...] In the discussions to which this interest has given rise, and in the arrangements by which they may terminate, the occasion has been judged proper, for asserting as a principle in which the rights and interests of the United States are involved, that the American Continents, by the free and independent condition which they have assumed and maintain, are henceforth not to be considered as subjects for future colonization by any European Power[...] But which the Governments who have declared their Independence, and maintained it, and whose Independence we have, on great consideration, and on just principles, acknowledged, we could not view any interposition for the purpose of oppressing them, or controuling in any other manner, their destiny, by any European power, in any other light, than as the manifestation of an unfriendly disposition towards the United States [...]⁹.

Nota-se, na retórica presidencial, a oposição à presença das potências europeias nas Américas e o suposto apoio aos novos governos. Contudo, a despeito desta linha política externa *monroísta* e, apesar da visão do cônsul Sartoris sobre a situação política brasileira, o substituto de P. Sartoris, que haveria de chegar ao Rio de Janeiro em fins de 1822, Condy Raguet¹⁰, não era um “entusiasta” do novo governo centrado no Rio de Janeiro. Não muito tempo depois de instalado no Rio de Janeiro, em dezembro de 1823, Raguet escreveu ao *Department of State* que a situação no Brasil era instável. Relatou os eventos políticos na província de Pernambuco – referindo-se aos movimentos que culminaram na deflagrada Confederação do Equador – e especulava uma possível reunião entre Brasil e Portugal¹¹. O

⁹**Tradução:** “Nas discussões a que este interesse deu origem e nos procedimentos pelos quais eles podem dar termo, a ocasião foi considerada adequada, para reiterar como princípio que afeta os direitos e interesses dos Estados Unidos, que o continente americano, em virtude da condição livre e independente que conquistaram e preservam, não podem mais ser considerados, no futuro, como suscetíveis de colonização por nenhuma potência europeia [...] Todavia, quanto aos países que declararam independência, e as mantêm, depois de profundas reflexões e por motivos de fazer justiça, não poderíamos considerar senão como uma manifestação de ódio aos Estados Unidos qualquer intervenção de potências europeias com o propósito de oprimi-los ou de reverter, de qualquer modo, os seus destinos”. CF: MONROE, J. The Original Manuscript of President Monroe’s annual message to congress December 2, 1823, as now preserved in the archives of the Senate. In: BEMIS, S. F. **A Diplomatic History of the United States**. New York: Henry Holt Company, 1951. p. 210 et. seq.

¹⁰Condy Raguet (1784 – 1842). Originário da Pensilvânia, foi cônsul estadunidense no Brasil entre os anos de 1822 e 1822. In: RAFAELLI, M. **A Monarquia e a República: Aspectos das relações entre Brasil e Estados Unidos durante o Império**. Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática; Brasília: Funag, 2006. p. 39.

¹¹ BANDEIRA apud RAGUET. In: BANDEIRA, L. A. V. M. **Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 46.

diplomata brasileiro que chegou a Washington, no ano subsequente, teve de lidar com as informações repassadas pelo cônsul dos EUA que residia no Rio de Janeiro.

De todo modo, constata-se, a partir da documentação arrolada – referências e *corpus* documental –, que entre 1822 e 1823, as relações entre os dois Estados não se efetivaram e limitou-se a troca de informações entre o governo estadunidense e seus enviados no Brasil. No que tange ao governo brasileiro, existiu um projeto frustrado de aproximação com os EUA envolvendo a nomeação de Gonçalves da Cruz ao cargo de cônsul; mas, em 1824, novas configurações marcariam o início das relações oficiais entre os dois governos a partir da missão diplomática de Silvestre Rebello.

Os Estados Unidos reconhecem a independência do Brasil (1824)

José Silvestre Rebello¹² foi enviado pelo governo recém-instaurado no Rio de Janeiro a Washington com a missão de conquistar o reconhecimento da emancipação política brasileira por parte dos Estados Unidos da América. Ainda na primeira metade daquele ano de 1824, o Brasil haveria de ser reconhecido pelo governo de James Monroe.

As negociações entre ambos os Estados foram travadas nos Estados Unidos através da missão diplomática brasileira na capital estadunidense. Se o primeiro objetivo brasileiro era ser reconhecido pelo governo estadunidense – conforme consta na documentação arrolada –, também era almejado estabelecer uma aliança bélica entre os dois países com o intuito de salvaguardar o governo recém-fundado no Rio de Janeiro¹³. Nesse ínterim, notam-se os esforços brasileiros – em alguma medida significativos – em pactuar alianças com um governo instituído na América do Norte e que se contrapunha às grandes potências europeias.

¹² José Silvestre Rebello: nasceu em Portugal possivelmente no último quartel do século XVIII. Ainda moço foi para o Brasil. Entusiasta da causa independentista brasileira participou das movimentações que levaram à criação do Estado imperial brasileiro centralizado no Rio de Janeiro. De 1824 a 1829 foi diplomata do Brasil nos Estados Unidos. Morreu em 1844 no Rio de Janeiro. Para mais informações: CRUZ, A. N. **As práticas políticas se Silvestre Rebello**: um diplomata brasileiro nos Estados Unidos da América (1824-1829). Dissertação (mestrado em História). Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Franca, 2015.

¹³MELO, L. J. C. Despacho, 15 de setembro de 1824. In: **Brasil – Estados Unidos 1824–1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v. 1, 2009. p. 40.



Analisando a missão diplomática em questão, é possível notar que pressupostos historiográficos, em alguma medida cristalizados na visão de alguns pesquisadores de que o reconhecimento da independência brasileira pelos EUA foi obtido de maneira relativamente simples¹⁴ e de que foi tratado como algo secundário, são contrapostos a um complexo encadeamento de fatos e dados que nos levam a um outro caminho onde é possível notar nuances que nos remetem aos sofisticados jogos políticos que marcaram este evento¹⁵.

Quando Silvestre Rebello chegou a Washington representando a legação brasileira, tivera uma série de reuniões com o secretário de Estado e com o presidente dos Estados Unidos. Apesar da política *monroísta*, da aprovação do congresso americano de “boas relações com os novos estados americanos” e a despeito da concepção do ministro dos negócios estrangeiros do Brasil que acreditava que seria relativamente fácil conquistar o reconhecimento estadunidense, na prática, apresentaram-se alguns conflitos. O representante dos EUA no Rio de Janeiro, Condy Raguet, alertava ao seu país que a situação no Brasil era instável. Também há registros de discussões internas entre James Monroe e políticos estadunidenses sobre reconhecer ou não o governo de D. Pedro I, tendo se levantado durante a reunião o fato do Brasil não ser uma república e a questão do tráfico escravagista no território brasileiro¹⁶. Apesar da brevidade com que o governo dos Estados Unidos reconheceu a soberania do novo império centrado na figura de D. Pedro I, conflitos fizeram parte das negociações do evento supracitado. Isto posto, também nota-se a existência de interesses políticos e diplomáticos do Brasil ao buscar estabelecer vínculos com um país do Novo

¹⁴ Nesse sentido, Hildebrando Accioly encarou o reconhecimento dado pelos Estados Unidos ao Brasil como algo “fácil” de ser conquistado tanto quanto o pesquisador Hélio Vianna. In: ACIOLLY, H. **O Reconhecimento do Brasil pelos Estados Unidos da América**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1945. p. 178 / VIANNA, H. **História Diplomática do Brasil**. 2ª Edição, São Paulo: Melhoramentos, [19—?], p. 173.

¹⁵ Ao se ler a parca bibliografia especializada sobre o assunto, nota-se que as abordagens acerca dos laços entre Brasil e Estados Unidos no Primeiro Império limitou-se a constatá-la como secundária, afinal, as interpretações construídas consideravam mais importante para a história da política externa imperial a compreensão dos laços com a grande potência econômica e política desse período, ou seja, a Inglaterra. Numa visão em que se privilegiou o que se tornou hegemônico na História Política, estudou-se bastante a diplomacia brasileira para com a Inglaterra, enquanto foram desprezadas análises mais profundas relacionadas aos laços efetivados com outros governos. De todo modo, opomo-nos, em alguma medida, a algumas considerações de autores relevantes que partiram deste outro lugar historiográfico. Cf: SANTOS, L. C. V. G. **O Brasil entre a América e a Europa: o império e o interamericanismo**. São Paulo: Ed. UNESP, 2004. / PANTALEÃO, O. O Reconhecimento do Império. In: Holanda, S. B.(Org.) **História Geral da Civilização Brasileira**. Vol. III São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1965. p. 338.

¹⁶Cf: RAFFAELLI *apud* ADAMS. In: RAFFAELLI, M. **A Monarquia e a República: Aspectos das relações entre Brasil e Estados Unidos durante o Império**. Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática; Brasília: Funag, 2006. p. 25, 26.

Mundo – país este que representava até certo ponto a “novidade” política oriunda da “implosão” do Antigo Regime.

Repercussões da Confederação do Equador nas relações entre Brasil e EUA (1824-1825)

A literatura especializada – entre autores consagrados e recentes – afirmou que o período da emancipação política brasileira deu-se em meio a um complexo cenário político-cultural no conglomerado de províncias que aos poucos aderiram ao novo governo centralizado no Rio de Janeiro¹⁷. Dialogando com este denso contexto interno, nota-se na documentação enviada pela Secretaria de Estado de Negócios Estrangeiros à legação brasileira, recém-instaurada na capital estadunidense em 1824, um conjunto de instruções que instavam o diplomata brasileiro a investigar se estadunidenses estavam envolvidos com grupos de “republicanos” no Brasil. Ainda que não saibamos quais eram as ditas facções republicanas na documentação arrolada, possivelmente o corpo documental faz menção aos focos de liberais exaltados nas províncias do norte, com destaque a Pernambuco onde em 1824 eclodiu a Confederação do Equador. Tempos depois, a legação brasileira em Washington concluiu que os “rebeldes” nas províncias do norte do Brasil eram apoiados por empresas individuais nos Estados Unidos; porém, possivelmente desvinculadas do governo estadunidense.

Nesse sentido, quando desmantelada as sedições dos confederados, em 1824, e alguns dos envolvidos sentenciados a morte ou a prisão, alguns rebeldes fugiram para os Estados Unidos, sobretudo para a Filadélfia e para Nova Iorque¹⁸, fato que aumentou a suspeita do governo brasileiro de ajuda estadunidense aos movimentos contrários ao Império do Brasil.

¹⁷Para informações maiores relacionadas ao assunto, Cf: ARMITAGE, J. **História do Brasil**: desde o período da chegada da família de Bragança, em 1808, até a abdicação de D. Pedro I, em 1831, compilada à vista dos documentos. Belo Horizonte/São Paulo: Ed. Itatiaia/EDUSP, (1ª ed. 1831), 1981. / VARNHAGEN, F. A. **História Geral do Brasil**: Antes de sua separação e Independência de Portugal. São Paulo, Ed. Melhoramentos, 7ª Edição, 1962. / FERREIRA, T. M. T. B. C. NEVES, L. M. B. P. (Orgs.) **Dimensões políticas do Império do Brasil**. Rio de Janeiro: 2012. / GRINBERG, K. SALLES, R. (Orgs.). **O Brasil Imperial** (Volume I – 1808 – 1831). Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2009. / CARVALHO, J. M. CAMPOS, A. P. (Orgs.). **Perspectivas da Cidadania no Brasil Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

¹⁸REBELLO, J. S. Ofício, 3 de fevereiro de 1825. In: **Brasil – Estados Unidos 1824 – 1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v.1, 2009. p. 208.



Segundo o então encarregado brasileiro em Washington, os pernambucanos e baianos rebeldes haviam sido ajudados pelos “pedreiros livres” e, consecutivamente, pelas lojas “maçônicas”.

Ainda sobre o envolvimento de norte-americanos na Confederação do Equador, em 1824, vide o caso do estadunidense Joseph Ray – com o nome aportuguesado para José dos Reis: ele foi delatado pela legação brasileira como um envolvido nos “tumultos” em Pernambuco. Segundo o diplomata Silvestre Rebello: “José Rey, pertencente à casa de comércio que firma, em Pernambuco, ‘Rey e Bryan’, é um acérrimo motor de revoluções naquele [país]: principiou em 1817 e, até agora, não tem cessado de fomentar, quanto pode, oposição ao governo geral”¹⁹. Ray já vivia há alguns anos em Recife e era proprietário da Rey & Bryan quando, em 1825, o governo de D. Pedro I enviou uma nota diplomática ao governo de James Monroe informando-lhe que não aceitaria a nomeação de Joseph Ray ao cargo de cônsul dos EUA na capital pernambucana²⁰.

As repercussões da Confederação do Equador não culminaram apenas na recusa do cônsul estadunidense em Pernambuco e das suspeitas brasileiras de envolvimento de iniciativas estadunidenses nas movimentações sediciosas, afinal, no Brasil, em 1825, James Hugh Rodgers, cidadão dos Estados Unidos, nascido no seio de uma influente família nova-iorquina, foi encarcerado e condenado à morte. E, apesar dos rogos do governo estadunidense, Rodgers foi executado no Brasil – acontecimento que levou a legação brasileira em Washington a conceder explicações ao secretário de estado Henry Clay sobre o ocorrido através de correspondências e notas diplomáticas²¹. Todavia, apesar dos casos supracitados envolvendo a Confederação do Equador, foi a Guerra da Cisplatina que causou maiores conflitos diplomáticos entre o governo do Rio de Janeiro e o de Washington.

¹⁹ REBELLO, J. S. Ofício, 26 de Julho de 1826. In: **Brasil–Estados Unidos 1824–1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v 1, 2009. p. 111.

²⁰REBELLO, J. S. [anexo 1] N. 12 Confidencial. 1 de Março de 1825. In: **Brasil – Estados Unidos 1824 – 1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v.1, 2009. p. 229.

²¹REBELLO, J. S. Ofício, 25 de Junho de 1825. In: **Brasil – Estados Unidos 1824 – 1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v.1, 2009. p. 251.

Impactos da Guerra da Cisplatina nas relações do governo de D. Pedro I *versus* o governo de John Quincy Adams.

A Guerra da Cisplatina, entre o Brasil e as Províncias Unidas do Prata, afetou as relações entre o governo de D. Pedro I e o do estadunidense Quincy Adams. Os conflitos ocorridos na década de 1820 que culminaram na supracitada guerra e, posteriormente, desembocaram no surgimento do Estado uruguaio estão concatenados a um contexto complexo que antecede ao nosso recorte temporal²² e a própria eclosão da guerra. Nesse sentido, antes da guerra, as disputas pela região da Cisplatina já eram pautas nos assuntos diplomáticos entre Brasil e Argentina e os seus ecos ressonavam na capital estadunidense. Isto posto, em meados do ano de 1825, o encarregado de negócios do Brasil em Washington descreveu uma conversa travada com o ministro da guerra dos Estados Unidos sobre as disputas entre D. Pedro I e o governo portenho; segundo o relato, o ministro estadunidense haveria sugerido que o Brasil cedesse a Cisplatina ao governo de Buenos Aires²³.

Pouco tempo depois, quando declarada a guerra, o governo brasileiro procurou obter o auxílio dos Estados Unidos contra as Províncias Unidas do Prata. A busca pelo apoio estadunidense foi vã. O então secretário de estado Henry Clay não aceitou nem mesmo o manifesto brasileiro de declaração de guerra. O governo estadunidense declarou neutralidade na disputa entre essas duas nações com quem travava relações de amizade²⁴. Contudo, apesar das declarações oficiais do governo de Washington alegando neutralidade, há relatos de supostos envolvimento de estadunidenses apoiando a causa portenha ou obtendo vantagens nos conflitos na região do Prata, nos quais se destaca: o caso Spark – navio com bandeira estadunidense – apreendido pelas tropas brasileiras; o caso do norte-americano John Gills; o General Brandizem, navio com bandeira portenha, supostamente auxiliado por estadunidenses; o caso do navio estadunidense Whetered; além dos relatos dos navios

²²FERREIRA, G. Conflitos no rio da Prata. In: GRINBERG, K. SALLES, R. (Orgs.). **O Brasil Imperial** (Volume I – 1808 – 1831). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

²³Op. Cit. 251.

²⁴REBELLO, J. S. Ofício, 4 de Março de 1826. In: **Brasil – Estados Unidos 1824 – 1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v.2, 2009. p. 353.

brasileiros alegadamente saqueados pelo corsário Bolívar que teria encontrado abrigo nos Estados Unidos da América²⁵.

Um destes adventos merece destaque: a apreensão do navio estadunidense Spark. Em plena Guerra da Cisplatina, o navio Spark foi apreendido no porto do Rio de Janeiro pelas forças marítimas brasileiras em 1827. Apesar de o responsável pelo navio alegar que o destino final era Montevideú, a Marinha Brasileira concluiu que a embarcação iria aportar em Buenos Aires e, por fim, entrar em “curso” contra navios com bandeira brasileira. Além da confissão de um marujo, foram encontrados no navio, segundo o “Auto de Exame e Vistoria Feito a Bordo do Brigue Spark”, instrumentos bélicos escondidos: barris cheios de pólvora e peças de artilharia²⁶.

Após o aprisionamento deste brigue, iniciaram-se os diálogos com o diplomata estadunidense na corte imperial brasileira. A apreensão do Spark gerou desentendimentos entre o representante dos Estados Unidos e a Secretaria de Estado de Negócios Estrangeiros do Brasil. Alguns dias depois do início das trocas de notas diplomáticas, o então representante dos EUA, Condly Raguet, pediu “os passaportes”, solicitação que gerou certo desconforto diplomático entre Brasil e Estados Unidos, afinal, Raguet se retirava de uma missão diplomática na corte brasileira e deixava um vácuo na comunicação desses países²⁷.

Se por um lado o governo brasileiro suspeitava do envolvimento de indivíduos estadunidenses na guerra e, em alguma medida, desconfiava que a lei de neutralidade não estava sendo cumprida de fato; por outro lado, as embarcações dos Estados Unidos acusavam a Marinha do Império brasileiro de infringir os direitos que possuíam de cruzar os mares e comercializar com Buenos Aires²⁸. O governo do presidente John Quincy Adams pediu

²⁵REBELLO, J. S. Ofício, 8 de janeiro de 1828. Ofício, 15 de Janeiro de 1827. MARQUÊS DE ARACATY. Despacho, 27 de Outubro de 1828. In: **Brasil – Estados Unidos 1824 – 1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v.2, 2009.

²⁶EDGAR, J. Documento 5. Bordo da Fragata Príncipe Imperial surta no porto do Rio de Janeiro às 9 horas ¹/₄ da noite do dia 4 de março de 1827 / MELO, SOUSA, L. J. **Documento 7. Auto de Exame e Vistoria Feito a Bordo do Brigue**. Rio de Janeiro, 1827.

²⁷ Apesar da saída de Condly Raguet do cargo no Brasil ter sido oficialmente associada aos conflitos no Prata, havia suspeitas de que não era este o motivo principal de sua retirada. Para mais informações, cf: ²⁷ CRUZ, A. N. **As práticas políticas de Silvestre Rebello: um diplomata brasileiro nos Estados Unidos da América (1824-1829)**. Dissertação (mestrado em História). Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Franca, 2015. p. 117 et. seq.

²⁸VISCONDE DE SANTO AMARO. Despacho, 23 de Dezembro de 1826. **Brasil – Estados Unidos 1824 – 1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v.2, 2009. p. 346.

esclarecimentos à legação brasileira em Washington acerca do bloqueio feito pela Marinha do Brasil na foz do Prata e rebateu as insinuações brasileiras de que os EUA não estariam seguindo os delineamentos da política externa estadunidense ligada aos pressupostos de *neutralidade*²⁹.

De todo modo, os supramencionados conflitos reverberaram na opinião pública estadunidense: em 1828, o periódico *Daily National Intelligencer* “denunciou” em um editorial os supostos desrespeitos e irregularidades cometidos pela Marinha Brasileira durante a Guerra da Cisplatina. O jornal não só criticava o governo imperial do Brasil, mas desaprovava a postura diplomática estadunidense condescendente para com os “excessos” brasileiros³⁰, referindo-se inclusive ao caso Spark e as divergências entre o governo brasileiro e o diplomata Raguet. Os ecos destes casos que culminaram na publicação do supracitado editorial eram os resultados da constante presença de estadunidenses em território brasileiro, conforme veremos logo abaixo.

Estadunidenses no Brasil: conflitos, empreitadas e divergências (1822-1828).

Sobre o fluxo de estadunidenses no Brasil nesse período, a pesquisadora Antônia Wright escreveu que em fins da década de 1810 as embarcações com bandeira dos EUA em território brasileiro ocupavam o terceiro lugar em frota, sendo que, alguns anos depois, tornou-se a segunda maior frota estrangeira³¹. No que tange a expansão marítima estadunidense na costa brasileira na década de 1820, vale ressaltar, a exemplo, que só no mês de fevereiro de 1824, pelo menos 24 embarcações mercantes de origem estadunidense aportaram na cidade do Rio de Janeiro³².

²⁹CLAY, H. To Silvestre Rebello. (1 de maio de 1828) In: HARGREAVES, M. HOPKINS, J. (Orgs.). In: **The papers of Henry Clay: secretary of state.** v 7. University Press of Kentucky, Lexington 1981. p. 255.

³⁰Editorial- *Daily National Intelligencer*. (19 de março de 1828). In: HARGREAVES, M. HOPKINS, J. (Orgs.). **The papers of Henry Clay: secretary of state.** v 7. University Press of Kentucky, Lexington 1981. p. 259.

³¹WRIGHT, A. F. P. A. **Desafio americano à preponderância britânica no Brasil: 1808-1850.** Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1972. p. 48.

³²REBELLO, J. S. Anexo 1. Nota 3ª. 29 de Abril de 1824. In: **Brasil – Estados Unidos 1824 – 1829.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v. 1, 2009. p. 95 et. seq.

Conjuntamente ao aumento do tráfego de navios, crescia o número de estadunidenses que chegavam ao Brasil. Por volta da década de 1820 e 1830, segundo a pesquisadora Teresa Cribelli, houve a expansão de interesses estadunidenses no Brasil, sendo que a primeira geração de estadunidenses no Império brasileiro era formada por diplomatas, missionários, tripulações de marinheiros, baleeiros, mercadores e aventureiros³³. Estas empreitadas estadunidenses no Brasil muitas vezes foram marcadas por conflitos e divergências, afinal há dezenas de relatos envolvendo desde prisões de cidadãos dos EUA no Brasil a irregularidades no comércio praticado por alguns destes.

Sobre os casos que povoaram os autos brasileiros envolvendo estadunidenses, no Primeiro Reinado, encontra-se um evento protagonizado pelo governo de D. Pedro I: nas celebrações de aclamação como imperador do Brasil, em 1822, teria D. Pedro I perdoado alguns estadunidenses presos a bordo do navio General Ribeira sob a acusação de pirataria – este recurso foi utilizado pelo governo brasileiro como demonstrativo da suposta “boa vontade” do Império brasileiro para com os Estados Unidos³⁴. Subsequente ao caso supracitado, algum tempo depois, outro cidadão ocupou as notas diplomáticas trocadas entre os governos estadunidense e brasileiro. Naquela época, a Marinha Imperial do Brasil era composta por brasileiros e mercenários estrangeiros e consta que, após uma deserção de mercenários ingleses, o estadunidense John Willians teria sido confundido com um desertor inglês e aprisionado por engano. Este caso, em específico, gerou uma série de diálogos entre ambos os Estados, afinal, pesava a acusação do envolvido em questão que afirmava ter sofrido maus tratos quando esteve no *Presiganga* – embarcação carcerária do Império brasileiro. Porém, apesar do pequeno atrito, este incidente não causou grandes turbulências nas relações entre os dois países.

No que tange ao período estudado, ainda que a documentação arrolada não nos forneça subsídios para uma análise aprofundada que permita compreender a fundo as relações entre brasileiros e estadunidenses, alguns indícios apontam a existência de conflitos político-culturais relacionados à presença estadunidense no Brasil. São muitas as ocorrências de

³³CRIBELLI, T. O Império das Palmeiras: os Estados Unidos descobrem o Império brasileiro. In: MARTINS, A. C. I.; SOCHACZEWSKI, M. (Orgs.). **As Descobertas do Brasil: O olhar do Estrangeiro na Construção da Imagem do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Casa da Palavra, 2014. p. 88.

³⁴REBELLO, J. S. nota 7^a. 31 de Maio de 1824. In: **Brasil – Estados Unidos 1824 – 1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v. 1, 2009. p. 88.

problemas relativos à navegação estadunidense na costa brasileira onde estão inclusas alegações de que navios estadunidenses criaram mecanismos para “burlar” as taxas alfandegárias brasileiras, envolveram-se na Guerra da Cisplatina, cometeram irregularidades no comércio e tráfego de navios. No tocante aos conflitos com estadunidenses no Brasil, há relatos que antecedem nosso recorte; a exemplo, durante o governo joanino atribuiu-se a estadunidenses alguns saques feitos a navios com bandeira do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, além de relatos de desavenças entre o cônsul dos EUA - Sumter Jr - e a princesa consorte Carlota Joaquina³⁵. Constam acusações de estadunidenses tramando contra o governo imperial brasileiro na Confederação do Equador, nos conflitos na região da Cisplatina ou promovendo a dita “desordem” como a *surra* promovida por marujos estadunidenses a alfandegários brasileiros em 1827³⁶.

Para além dos conflitos que marcaram a presença de cidadãos dos Estados Unidos da América no Brasil, nota-se que o fluxo de norte-americanos em terras brasílicas deu-se muitas vezes por conta das atividades de cunho econômico. Foram estas motivações que trouxeram, por exemplo, o rico construtor de navios Henry Eckford, maior fabricante de navios dos EUA na época, ao Brasil e foram as causas comerciais que fizeram o governo de Washington sugerir ao governo brasileiro a assinatura de um tratado de amizade e comércio.

O projeto de aliança defensiva e o Tratado de Comércio e Amizade de 1828

O projeto de criação de uma aliança defensiva e ofensiva entre o Brasil e os Estados Unidos foi idealizado pelo governo brasileiro e já constava nas primeiras instruções dadas ao diplomata Silvestre Rebello no início de sua missão. Assim que os EUA reconheceram o governo brasileiro como autônomo, em 1824, a Secretaria de Estado de Negócios Estrangeiros do Império Brasileiro enviou novas instruções ao então diplomata para sondar a possibilidade de levar o projeto de aliança bélica a cabo. Tempos depois, em janeiro de 1825,

³⁵ MACAULAY, N. **Dom Pedro**: A Luta pela Liberdade no Brasil e em Portugal 1798 – 1834. Rio de Janeiro: Record, 1993. p. 61 et. seq.

³⁶ [Documento 23] [Cópia [2] 3 Inquirição de testemunhas. 27 de Março de 1827. In: **Brasil – Estados Unidos 1824–1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v.2, 2009. p. 43.



havia rumores no Brasil de que Portugal tentaria ocupar partes do território brasileiro e, possivelmente, seria ajudado por alguma potência europeia³⁷. Nesse contexto, novas instruções foram enviadas a Rebello pra que empregasse “todos os esforços” no estabelecimento de uma liga defensiva e ofensiva entre o governo de Pedro I e o governo dos Estados Unidos.

Engendraram-se as negociações entre a legação brasileira em Washington e o governo estadunidense. Os EUA teriam refutado a possibilidade de uma união bélica contra Portugal, pois alegavam que esta feria as diretrizes da sua “política” de neutralidade para com países amigos. Afirmavam também que era pouco provável que Portugal criasse maiores indisposições com o herdeiro da dinastia bragantina que governava o Brasil. Nesse sentido, uma nota interna do governo estadunidense à sua legação no Rio de Janeiro informava que o novo presidente dos EUA, John Quincy Adams, havia rechaçado a proposta brasileira, porém desejava pactuar um tratado de comércio. Frustradas as tentativas brasileiras de criar uma aliança com os Estados Unidos, foi proposto pelo secretário Henry Clay um tratado de comércio com o Brasil. O encarregado de negócios brasileiro informou à corte imperial brasileira: “Este governo quer, com todos os governos americanos, o que já fez com Colômbia: comércio e não alianças que o possam comprometer, este é o seu alvo único e favorito”³⁸.

A priori, em 1825, o governo brasileiro rechaçou o tratado de amizade e comércio proposto por Clay, alegava o então ministro dos negócios estrangeiros do Brasil que o governo imperial já negociava tratados com outros Estados e não convinha assinar um pacto com o governo dos Estados Unidos naquele momento. Um acordo comercial entre os dois governos viria a ser negociado a partir de 1827 e selado em fins de 1828.

Na mesma época, o governo do Brasil pactuou acordos e tratados com a Inglaterra, Prússia, Áustria, Cidades Hanseáticas, Dinamarca e Suécia. No que tange ao tratado estabelecido entre Brasil e EUA, nota-se que preconizava as boas relações entre os dois governos e criava regras relacionadas às importações e exportações. O tratado de amizade,

³⁷MELO, L. J. C. Despacho, 28 de janeiro de 1825. In: **Brasil – Estados Unidos 1824–1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v. 1, 2009. p. 167.

³⁸REBELLO, J. S. Ofício, 26 de Agosto de 1825. In: **Brasil – Estados Unidos 1824–1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v.1, 2009. p. 274.

navegação e comércio também regulava os negócios, tinha por intuito coibir o contrabando e a pirataria, apregoava as boas relações entre Brasil e EUA e, por fim, determinava direitos e deveres de indivíduos de ambos os países no que tange ao comércio e navegação³⁹. A assinatura deste tratado findou o primeiro período das relações entre Brasil e Estados Unidos que perdurou da independência até por volta dos idos de 1828.

Últimas considerações

A partir da análise de um conjunto de eventos pontuais que aconteceram ao longo de 1822 a 1828, o presente artigo abordou matizes pouco estudados no que diz respeito às relações entre Brasil e Estados Unidos e que possuem significados relevantes para a compreensão do período. Os laços diplomáticos entre Brasil e Estados Unidos foram marcados paradoxalmente por divergências e convergências, negociações e acordos, acusações e suspeitas.

No que se refere à experiência diplomática brasileira nos EUA, ela mostrou-se em alguma medida profícua ao conseguir o primeiro reconhecimento externo do Império brasileiro – evento de impacto significativo dentro e fora do Brasil. Os eventos políticos estadunidenses de ruptura com a antiga metrópole (Revolução Americana) teriam sido levados em consideração pelo império brasileiro conjuntamente com os norteamentos da política externa de Washington ao se tentar uma aproximação política, na busca pelo reconhecimento da independência do Brasil perante o governo de Monroe. Vale destacar que a cordialidade pautou a experiência diplomática brasileira em Washington.

As suspeitas do governo central brasileiro em relação às intenções dos EUA de envolvimento em causas contrárias a do imperador brasileiro foram endossadas por uma série de possíveis acontecidos: envolvimento de embarcações estadunidenses no *corso* contra navios brasileiros, estadunidenses apoiando as revoltas no norte do Brasil, brasileiros rebeldes

³⁹Tratado de Amizade, Navegação e Comércio entre o senhor imperador D. Pedro I, imperador do Brasil, e os Estados Unidos da América, assinado no Rio de Janeiro em 12 de dezembro de 1828, e ratificado pelo Brasil na Referida data, e pelo dos Estados Unidos em 17 de março de 1829. Cf. **Tratado de Amizade, Navegação e Comércio entre o Senhor D. Pedro I, imperador do Brasil, e os Estados Unidos da América**. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1828/b_9/> Acesso em: 25 de ago. 2014.

que encontraram auxílio em Nova Iorque e na Filadélfia, além de navios portenhos, com despojos saqueados de embarcações brasileiras, que teriam ancorado nos portos estadunidenses. Apesar da diplomacia existente no período entre os dois Estados, o Brasil possuía ressalvas em relação ao republicanismo estadunidense e suspeitas relacionadas à aplicação da política de neutralidade para as ditas nações amigas. Estas divergências e suspeitas não significavam oposição ao governo estadunidense; afinal, o Brasil tinha projetos de transformar o governo dos Estados Unidos em aliado numa coligação defensiva e ofensiva contra Portugal em 1824 - 1825 e contra as Províncias Unidas do Prata em 1827.

A efetivação de laços entre os Estados Unidos e o Brasil não fugiu a regra dos delineamentos da política externa estadunidense para com as Américas, ainda que as diferenças do modelo político entre Brasil e EUA tenham pesado nas discussões da época. A missão diplomática dos Estados Unidos da América no Brasil foi acompanhada de conflitos e divergências. O número significativo de ocorrências envolvendo estadunidenses no Brasil aumentou a tensão entre a legação estadunidense no Rio de Janeiro e o Império brasileiro. Muitas foram as reclamações estadunidenses relacionadas a possíveis “abusos” das forças bélicas do governo de D. Pedro I. Apesar de reconhecer a independência do Brasil, pouco foi o interesse do governo de Washington em forjar alianças políticas que comprometessem sua relação com outros países, inclusive países da “velha” Europa; todavia, interessava-se em forjar acordos comerciais que amparassem a demanda de estadunidenses que procuravam aventurar-se economicamente em terras brasileiras.

Esse complexo cenário aparentemente dicotômico, quando olhado para além da superfície, está concatenado a jogos diplomáticos complexos e multifacetados, praticados entre os Estados Modernos Contemporâneos que estavam em processo de cristalização. Nota-se, nesse artigo, que apesar do presente estudo centrar-se nas relações entre Brasil e EUA, a ênfase na experiência diplomática brasileira para com os Estados Unidos da América nos leva a outros caminhos de reflexão para o entendimento de uma época, afinal, como escreveu a historiadora Cecília H. L. S. Oliveira: “[...] Esse período, mesmo distante de nós, ainda nos envolve e fascina, pois se configurou para os protagonistas e para os que sobre ele se debruçaram posteriormente, como uma das balizas definidoras do surgimento e do perfil do

Estado monárquico e da nação no Brasil do século XIX [...]”⁴⁰”. O estudo destas relações entre Brasil e Estados Unidos inclui-se num contexto de invenções e heranças próprias do florescer deste mundo que nos é contemporâneo e de seus respectivos *leviatãs*.

Referências bibliográficas

Fontes

Tratado de Amizade, Navegação e Comércio entre o Senhor D. Pedro I, imperador do Brasil, e os Estados Unidos da América. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1828/b_9/> Acesso em: 25 de ago. 2014.

Coletâneas de documentos

Brasil – Estados Unidos, 1824-1829. / Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

HARGREAVES, M. HOPKINS, J. (Orgs.). In: **The papers of Henry Clay: secretary of state.** v 7. University Press of Kentucky, Lexington 1981.

Bibliografia

ACCIOLY, H. Brant e Gameiro em Londres. In: **Arquivo Diplomático da Independência.** Rio de Janeiro: Litho. Typ. Fluminense, v.1, 1922.

_____. **O Reconhecimento do Brasil pelos Estados Unidos da América.** Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1936.

BANDEIRA, L. A. M. **Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de história.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CABRAL, F. G. Emissário: Cabugá. **Revista de História da Biblioteca Nacional.** Rio de Janeiro: 1 de maio de 2014.

CORREIA, O. Telles da Silva em Viena. In: **Arquivo Diplomático da Independência.** Rio de Janeiro: Litho. Typ. Fluminense, v.4, 1922.

⁴⁰ OLIVEIRA, C. H. S. Repercussões da revolução: delineamento do império do Brasil, 1808/1831. In: GRINBERG, K. SALLES, R. (Orgs.). **O Brasil Imperial** (Volume I – 1808 – 1831). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 17.

CRIBELLI, T. O Império das Palmeiras: Os Estados Unidos descobrem o Império brasileiro. In: MARTINS, A. C. I.; SOCHACZEWSKI, M. (Orgs.). **As Descobertas do Brasil: O olhar do Estrangeiro na Construção da Imagem do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Casa da Palavra, 2014.

CRUZ, A. N. **As práticas políticas se Silvestre Rebello: um diplomata brasileiro nos Estados Unidos da América (1824-1829)**. Dissertação (mestrado em História). Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Franca, 2015.

FERREIRA, G. Conflitos no rio da Prata. In: GRINBERG, K. SALLES, R. (Orgs.). **O Brasil Imperial** (Volume I – 1808 – 1831). Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2009.

LYRA, H. Gameiro e Borges de Barros em Paris. In: **Arquivo Diplomático da Independência**. Rio de Janeiro: Litho. Typ. Fluminense, v.3, 1922.

MACAULAY, N. **Dom Pedro: A Luta pela Liberdade no Brasil e em Portugal 1798 – 1834**. Rio de Janeiro: Record, 1993.

MONROE, J. The Original Manuscript of President Monroe's annual message to congresso December 2, 1823, as now preserved in the archives of the Senate. In: BEMIS, Samuel Flagg. **A Diplomatic History of the United States**. New York: Henry Holt Company, 1951.

OLIVEIRA, C. H. S. Repercussões da revolução: delineamento do império do Brasil, 1808/1831. In: GRINBERG, K. SALLES, R. (Orgs.). **O Brasil Imperial** (Volume I – 1808 – 1831). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

PANTALEÃO, O. O Reconhecimento do Império. In: Holanda, Sérgio Buarque de (org.) **História Geral da Civilização Brasileira**. Vol. III São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1965.

RAFFAELLI, M. **A Monarquia e a República: Aspectos das relações entre Brasil e Estados Unidos durante o Império**. Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática; Brasília: Funag, 2006.

SANTOS, L. C. V. G. **O Brasil entre a América e a Europa: o império e o interamericanismo**. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

WRIGHT, A. F. P. A. **Desafio americano à preponderância britânica no Brasil: 1808-1850**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1972.